

O
PARAHYBANO

06 DE JULHO
DE 1892

O PARAHYBANO

DIARIO POLITICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

Anno I

REDACÇÃO E TYPOGRAPHIA

RUA DA MISERICORDIA N. 9 A

Avulso do dia. 60 rs.
Do dia anterior. 100 rs.

PARAHYBA DO NORTE

QUARTA-FEIRA 6 DE JULHO DE 1892

ASSIGNATURAS

CAPITAL.—Por tres mezes. 38000
INTERIOR E ESTADOS—Anno. 148000
Sem. . . 88000—Trim. . . 48000

N. 110

MENSAGEM

Srs. Membros do Congresso Constituinte do Estado da Parahyba do Norte

(Continuação)
FINANÇAS

A DIVIDA PASSIVA DO ESTADO ATÉ 18 DE FEVEREIRO DE 1892 ELEVARA SE A 891:282\$890

REIS DISTRIBUIDA ASSIM :

Vencimentos de empregados activos e inactivos.	146:038\$788	
Magistratura.	39:024\$746	
Iluminação publica da capital, medicamento e alimento de presos.	4:143\$375	
Subvenção a Santa Casa.	32:455\$569	
Emprestimo do banco do Brazil.	160:000\$000	
Emissão de apolices.	173:150\$000	
Juros das mesmas.	257:884\$590	
Letra em favor de Francisco Soares da Silva Retumba.	7:500\$000	
Vencimentos de empregados, liquidados até dezembro de 1878 e de que se deu conhecimento.	68:085\$822	891:282\$890

A essa divida accresceu a dos serviços prestados de 19 de fevereiro a 31 de maio :

Vencimentos de empregados.	70:313\$932	
Magistratura do estado.	4:172\$414	
Vencimentos da força publica.	23:850\$072	
Iluminação do Quartel.	157\$820	
Alimentação de presos e iluminação da capital.	8:985\$318	
Subvenção a Santa Casa.	2:11\$044	
Expediente da Cadeia.	98\$140	
Diversos serviços inclusive expediente, porcentagens e supplimentos ás collectorias.	43:168\$738	122:850\$078

A divida até 31 de maio subio a 1.014:141\$968 rs. sendo :

Vencimentos de empregados activos e inactivos.	219:352\$720	
Magistratura.	42:197\$160	
Força policial.	23:850\$072	
Expediente e iluminação do Quartel.	157\$820	
Iluminação publica da capital, medicamento e alimentação dos presos.	13:128\$604	
Expediente da Cadeia.	98\$140	
Subvenção a Santa Casa.	34:568\$213	
Banco do Brazil.	160:000\$000	
Apolices.	173:150\$000	
Juros das mesmas.	257:884\$590	
Letra em favor de Francisco Soares da Silva Retumba.	7:500\$000	
Vencimentos de empregados liquidados até dezembro de 1878.	68:085\$822	
Diversos serviços inclusive expediente, e porcentagens á collectores.	43:168\$738	1.014:141\$968

O pagamento d'essa divida de 19 de fevereiro a 31 de maio importou na quantia de

cuja discriminação é a seguinte :		67:650\$007
Vencimento de empregados.	13:910\$714	
Magistratura.	100\$000	
Força policial.	23:850\$072	
Expediente e iluminação do Quartel.	157\$820	
Iluminação da capital, medicamentos e alimento de presos.	12:289\$527	
Expediente da cadeia.	98\$140	
Subvenção a Santa Casa.	3:100\$000	
Conhecimentos de vencimentos liquidados até dezembro de 1878.	974\$096	
Diversos serviços inclusive porcentagens á collectores.	13:168\$738	67:650\$007

Fica portanto reduzida a divida até 31 de maio á

Sendo :		946:491\$961
Vencimentos de empregados.	208:412\$006	
Magistratura.	43:097\$160	
Iluminação da capital.	839\$166	
Subvenção a Santa Casa.	31:468\$213	
Banco do Brazil.	160:000\$000	
Apolices.	173:150\$000	
Juros das mesmas.	257:884\$590	
Letra em favor de Francisco Soares da Silva Retumba.	7:500\$000	
Vencimentos de empregados liquidados até dezembro de 1878 e de que se deu conhecimento.	67:410\$826	946:491\$961

(Continua)

Os jornaes do Sul contam que a canhoneira *Marajó*, da flotilha do Rio Grande do Sul, disparou tres tiros sobre a cidade de Porto-Alegre, e que sendo intimada a flotilha para não intervir de modo algum nos acontecimentos politicos daquelle Estado, cessou immediatamente o fogo, e que não se effectuou a entrevista, pedida pelo Sr. Silveira Martins com o Sr. Victorino Monteiro, por não confiar aquelle nas garantias que lhe eram offerecidas.

A Porto-Alegre continuavam a

chegar communicações telegraphicas de reconhecimento de outras populações.

Diz-se que no caso de ser preciso seguir para o Rio Grande do sul alguns navios de guerra, estes serão os cruzadores *Primeiro de Março*, *Parahyba* e *Liberdade*, sendo provavel que um delles leve o pavilhão de contra-almirante.

Bibliotheca Publica

Foi este estabelecimento frequentado hontem por 43 pessoas.

REGULAMENTO N. 34

(DECRETO N. 26 DE 23 DE MAIO DE 1892)

ART. 3º § UNICO)

TITULO 3º

Renda Extraordinaria

CAPITULO I

SECÇÃO IV

DA ESCRIPTURAÇÃO E MODO DE ARRECAÇÃO

(Continuação)

Art. 152. Cada estação fiscal terá a seu cargo os seguintes livros :

§ 1.º Da receita de todos os generos sujeitos a direito.

§ 2.º Do deposito dos direitos das mercadorias sahidas do districto com destino a capital, ou Mamanguape.

§ 3.º Dos talões tanto da receita como dos depositos de que tratão os §§ antecedentes.

§ 4.º Dos termos de apprehensão de mercadorias, e conhecimentos alterados, ou falsificados, e todos os mais que o serviço fiscal exigir.

Art. 153. No livro da receita, além do lançamento discriminado de cada um dos artigos de renda, lavrar-se-ha no fim de cada trimestre um termo de remessa do dinheiro ao Thesouro, assignado pelo estacionario fiscal e escriptivo. Abaixo d'este termo, o ajudante do procurador fiscal fará a declaração datada e assignada de haver recebido a importância de sua percentagem, mencionando-a por extenso.

Art. 154. De todos os pagamentos que se realizarem nas estações fiscaes se dará a parte conhecimento de talão no qual se mencionará por extenso a importância recebida, a natureza do imposto, especie e procedencias da mercadoria, numero de volumes, e a inscripção d'estes, bem como o seu destino.

Art. 155. No fim de cada anno serão recolhidos ao thesouro todos os livros de receita e de talão de conhecimentos gastos durante este recolhimento realizar-se até o dia 10 de Janeiro quando as estações fiscaes distarem até trinta leguas d'esta capital, o até o dia vinte do dito mez, quando fôr maior a distancia.

SECÇÃO V

DOS AJUDANTES DO PROCURADOR FISCAL

Art. 156. Em cada um dos termos do Estado haverá um ajudante do procurador fiscal nomeado pelo Governador.

Art. 157. Nos termos, que forem sêdes de comarca, esses lugares serão exercidos pelos respectivos promotores publicos, e na falta d'estes por quem os substituir interinamente, e nos outros termos esses lugares serão exercidos por pessoas idoneas, sendo preferidos os advogados de melhor nota do foro respectivo.

Art. 158. Aos Ajudantes do procurador fiscal no respectivo termo competem :

§ 1.º Representar e promover os direitos da fazenda do Estado em todos os feitos e actos judiciais, em que for ella interessada.

§ 2.º Promover a cobrança da divida activa do Estado, intentar a respectiva acção executiva contra os seus devedores, em vista das certas liquidadas ao thesouro ou collectoria, que lhes forem remettidos pelo procurador fiscal, ou collector e fiscalizar a marcha do respectivo processo, e execução, indicando os meios legaes que para defender os direitos da fazenda do Estado, quer para commelhor os devedores, comissos.

§ 3.º Dar instruções aos collectores e estacionarios fiscaes para a boa administração da fazenda do Estado, representar ao governo e ao inspector do thesouro contra a negligencia, emissão, e prevaricação dos funcionarios encarregados das causas da fazenda.

§ 4.º Requer o reforço das fianças e cações dos collectores; representando ao inspector do thesouro contra os que estiverem servindo sem fiança, ou com fiança que se tenha tornado insufficiente por depreciação do immovel ou outra razão de direito.

§ 5.º Apresentar ao procurador fiscal no principio de cada semestre informação das causas da fazenda por elles promovidas, o estado das mesmas com declaração especificada dos nomes dos devedores, importância de cada uma das dividas, sua origem e bem assim da data em que taes acções foram intentadas.

§ 6.º Fiscalizar o lançamento dos impostos feito pelos collectores, sua escripturação, e a maneira porque estes collectores, e os estacionarios fiscaes cumprem os seus deveres.

§ 7.º Fiscalizar as estações fiscaes do termo, examinar os livros de sua escripturação e de talões, e verificar se os direitos do Estado são devidamente arrecadados e escripturados.

§ 8.º Representar ao inspector do thesouro sobre a necessidade da criação de alguma estação fiscal, sempre que tiver noticia, da que por algum lugar do termo não daviu a mercadorias do Estado, a propor a supressão d'aquellas, que não offereçam vantagem a fazenda.

(Continua)

Copia:—Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 8 de Junho de 1892.—Circular.—Senhor Governador do Estado da Parahyba.—Communique-vos, para os fins convenientes, que, por circular desta data, autorizo aos Inspectores das Thezourarias de Fazenda a mandar receber, em pagamento de impostos, nas Repartições, que lhes são subordinadas, os bilhetes do Thesouro emitidos pelos Bancos com os respectivos carimbos; não podendo, porém, taes bilhetes ser trocados pelas ditas Repartições, por competir isso a elles ou as suas agencias estabelecidas nas capitais, de conformidade com o artigo 1.º, § 3.º do Decreto n. 165 de 17 de Janeiro de 1890.—Saude e Fraternidade.—F. P. Rodrigues Alves.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXM. SR. DR.

ALVARO LÓPES MACHADO

Dia 2 de Julho

Officio:

Ao governador do estado de Sergipe, accusando o recebimento do officio de 6 de Junho proximo passado, sob n. 38, ao qual acompanhou um exemplar impresso da constituição daquelle estado, promulgada em 18 de Maio ultimo.

Ao inspector da thesouraria de fazenda, comunicando, para os fins convenientes, que, em data de 27 do mez proximo findo, o bacharel Vicente Jansen de Castro e Albuquerque, juiz da direita da comarca de Mamanguape, deixou, por motivo de molestia, o exercicio do referido cargo, conforme participou em officio daquelle data.

Communique-se igualmente ao supremo tribunal federal.

Ao mesmo inspector da thesouraria, declarando que por officio de hoje datado informouse ao ministerio da justiça a residencia e a data da nomeação do juiz municipal e de orphãos do termo de Princesa, bacharel Joaquim Theophilo Agra da Silva, conforme solicito o mesmo ministerio em aviso de 6 de Junho findo, afim de ser indemnizada aquella thesouraria da ajuda de custo de 181\$000, arbitrada ao referido bacharel.

Ao mesmo, comunicando que o bacharel Diogo Carlos de Almeida e Albuquerque reassumiu, em data de 21 de Junho proximo findo, o exercicio do cargo de juiz municipal e de orphãos do termo de Mamanguape e a 27 assumiu o de juiz de direito da respectiva comarca, por ter o deixado o effectivo, conforme participou em officios das mencionadas datas.

Ao mesmo, sciificando que em data de 30 do mez de junho findo, o bacharel Augusto Leonardo Salgado Gaurita assumiu o exercicio do cargo de promotor publico da comarca desta capital para o qual foi removido de igual cargo da de Santa Rita, conforme participou em officio daquelle data.

Ao agente da companhia Lloyd Brasileira, recomendo que faca conceder passagem de ré até a capital federal no primeiro paquete esperado dos portos do norte, ao cadete Alvaro Evaristo Monteiro, alumno da escola militar do Ceará, o qual interrompeu a sua viagem, por motivo de molestia, daquelle estado para a referida capital.

Ao administrador dos correios, declarando, em resposta ao officio de hoje datado, que pôde despachar, as duas horas da tarde de hoje, o vapor « Maranhão » do Lloyd Brasileiro, surto no porto do Cabedello e procedente dos do norte, afim de seguir a seu destino.

DESPACHOS

Bacharel Antonio Ferreira Baltar. Informe a secretaria, e seja ouvida a thesouraria da fazenda.

A mensagem

Aos pobres de espirito não compete de certo apreciações sobre os factos que, pela esphora elevada em que se positivam, escapam sem duvida alguma ao acanhado criterio e a curtesia de vistas, de quantos, presumindo-se fatuamente aptos a expandir-se em analyses dos assumptos da mais apurada ponderação, encorram na fatuidade mesma com que se exhibem a nota lu-

discutivel da natural chatesa om que se arrastam.

Este pequeno escorso, suggerimos a Inepcia do 1.º artigo da serie, que nos promete o «Estado do Parahyba,» sobre a mensagem lida pelo exm. sr. dr. Alvaro Machado por occasião da installação do congresso constituinte.

Peça de grande alcance politico e que constitue, como ja tivemos occasião de dizer, amplo repositório de minuciosas e interessantes informações tocante aos principaes assumptos inherentes as funcções constituintes do congresso, a mensagem impõe-se por tal forma a convicção dos parahybanos, é tanto satisfaz a expectativa publica

que é com pasmo indisivel que vemos levantar-se das mesnadas adversas e com uma audacia caracteristica de botocudos, o autor do inconsistente articulado que, com a epigraphe de que tambem nos servimos, foi dado a estampa pelo referido «Estado do Parahyba,» em sua ultima edição.

E tal é o desconcerto com que se houve o *soi disant* analysta da mensagem, que attribue-lhe justamente a ausencia da caracteristica, em virtude da qual a intelligencia do leitor é attrahida.

Estamos a publical-a em nossa secção official, e facil é, portanto, ao publico confrontar a inverdade predominante na apreciação do «Estado,» com a expressão real desse documento politico.

Estabeleça-se esse confronto; compare-se a superabundancia de informações ministradas, nessa peça, pelo honrado governador do Estado, com a obstinação de cegueira a que se atém o impudoroso *inglex Phileas Fogg*, denunciado pelo proprio órgão dissidente, como autor da desasada analyse, o ter-se-ha a medida da vacuidade do cerebro desse iconoclasta de baixa cotação intellectual, que nem ao menos se apercebe de que falla para um publico, cuja educação não admite que em o nosso meio social, registre-se a existencia de um agente que obedece exclusivamente a necessidade organica de produzir desfaçadamente a mentira, pretendendo obscurecer o que, espanejando intenso brilho, conseguiu a affirmação geral das consciencias puras.

Não nos é permittido hoje iniciar ampla discussão sobre o assumpto; muitos e varios trabalhos exigem a nossa attenção; mas acompanharemos a marcha do *cadaver moral* que nos provoca, e amanhã voltaremos ao seu primeiro artigo, sempre assim, *currente calamo*.

Theouro do Estado

Dia 4.	105\$450
Recorta	21\$500
Despeza	10\$375
Saldo	6\$125
Para o Banco	6\$125

Em como o Jornal do Commercio que é insuspeito, se refere e entrada do Dr. Innocencio Serzedello para a pasta da agricultura.

Excelente passo deu o Vice-Presidente, removendo para a pasta da Agricultura o Sr. Serzedello Correia.

A actividade do habil Ministro achará ali uma atmosfera mais congenial do que a secretaria da Gloria, com suas frias etiquetas; e S. Exc. vai logo enfrentar a solução de innumeras questões suspensas, embulhadas ou mal paradas pela inercia e idas peculiares do Sr. Antão, cuja passagem pelo ministério deixa um rastilho deserto.

Espirito atilado e patriótico, S. Exc. saberá sem duvida collocar-se na altura do principal secretario do Governo na reparação que, com a da Fazenda, se acha mais em contacto com o desenvolvimento dos recursos do paiz.

Teve o seguinte despacho a petição de Geraminio Monteiro da França, pedindo pagamento da quantia 1:460\$000 proveniente do desposas feitas por seu filho paco com instrumental para a musica da policia: O que allega o supplicante não está sufficientemente provado; por isso mantenho o despacho de 3 de Julho de 1892.

Lemos n'uma folha do sul o seguinte: Dizem que tendo sido, por pessoa de alta posição politica nos tempos monarchicos, pedida ao illustre estadista brasileiro Visconde de Ouro Preto, sua opinião a respeito dos ultimos acontecimentos havidos no paiz, manifestara-se desta maneira:

Principios de dignidade, me obrigam a desprezar o marechal Peixoto; mas não posso deixar de reconhecer que se elle, presentemente, poderá conservar-se a frente dos negocios publicos de minha patria.

Os homens que o cercam são honrados.

O marechal tem provado grande tim politico; demais é honeste e enérgico.

Penso que todo o brasileiro, ainda hoje politico, isto é, republicano, deve auxiliar o Governo—Peixoto.

Amanhã, a noite, na respectiva igreja começará a festa de N. S. do Carmo, com ladainha e levantamento de bandeira, para cujo acto os procuradores, por nosso intermedio, podem as Ex^{mas} famílias, que enviem os seus filhos, para maior brilho da festa.

Está resolvido que irão para a Europa alguns officiaes da armada afim de acompanharem os progressos da marinha da guerra.

Foi nomeado 1.º Supplente de Juiz municipal de S. José de Piranhas Saraphim Soares de Souza.

No Jornal do Commercio, encontramos o seguinte:

A 3 de Junho chegou a Paris e estava alojado no Hotel da Russia, rua Drouot, o Sr. José Avelino, que parece haver dado de mão ao seu projecto de escrever a Historia da Dictadura e dos acontecimentos de 3 a 19 de Novembro de 1891, quorum pars magna facit.

Escreve-nos de nos nossos correspondentes da Paris que, da conversa do deputado cearense parece resultar que foi um officio do Sr. Beltrão, então Ministro do Brazil em Lisboa, denunciando vasta conspiração em prol de uma restauração monarchica, que deu pretexto ao Sr. Lucena e aos seus amigos para architectarem o golpe do Estado de 3 de Novembro.

Nesse officio, que seria util conhecer integralmente, aquelle ministro denunciava como fazendo parte da conspiração muitos collegas seus, entre os quaes os Srs. Visconde de Arinos e Barão de Aguiar de Andrade, deputados, como o Sr. Conde de Figueiredo, e até Portuguezes, entre os quaes Figueiredo Chagas, Carlos Lobo d'Avilla e o proprio R. D. Carlos!

Verdade é que quando um dos pretensos conspiradores, o Conde de Figueiredo, chegou a Lisboa, aquelle ministro deu-lhe um banquete!

Foi removido do cargo de Juiz municipal e de orphãos, do termo de Mamanguape, para o de Cuité o bacharel Diogo Carlos de Almeida e Albuquerque, sendo para aquelle lugar nomeado o bacharel João Machado da Silva.

CAIXA ECONOMICA

Entrada de deposito	651\$800
Retirada	90\$000
Saldo existente	176\$010\$102

ram na bonita com os seus olhos azues e o seu cabelo loiro anelado. Durante toda a viagem affagaram-na. Perguntaram pelos paes da criança e Rogério inventou uma historia. Os paes, segundo elle dizia, moravam num castello, perto de Orléans. Tinham muitos outros filhos e a avó, que residia em Paris, quiz encaregar-se da netinha. Elle, Rogério, quando em casa dos paes e estes incumbiram-se de levar a netinha. A ama devia acompanhá-lo, mas cahira doente e elle teve que partir só, porque esperavam a criança na estação, e a criança, segundo elle dizia, não chegou, porque nenhum geito tinha para andar com pequeninchos.

Rogério tinha um ar alegre, folgazão e bom. Divertia os passageiros com as suas facetas e ninguém lembrou-se de pôr em duvida a sua historia. Além d'isso elle mostrava-se muito cuidadoso. Logo que a menina abriu o olhos ou começava a chorar, elle desbaralhava a garrafa de leite e esforcava-se por fazer a beber alguns goles. Não era muito doado, o leite derramava-se e a ama improvisada desistia a rir.

—Decididamente, dizia elle, preciso de uma aprendizagem.

Então alguma vizinha ajudava-o, levantando a cabeça da menina.

—E' assim que deve fazer, dizia ella rindo-se.

—E' verdade, minha boa senhora, (um riu) não dá a gente não sabe...

—O senhor não tem filhos?

—Não, minha mulher é muito preguiçosa; não tenho que ella almal da si.

—Como?

—Eu disse que ella estava impudica e acreditou que em indolência não se podia

Santa Casa de Misericordia

Movimento do hospital do dia 5 de junho de 1892.

Existiam Entrou Saffio Ficaram em tratamento Visitou o hospital o medico, dr. Eugenio, entrando ás 8 e 20 sabendo ás 8 e 45 minutos.

Ouvimos dizer que serão nomeados commandantes das flotilhas: do Rio Grande do Sul o capitão de fragata Antonio Ayles Camara e da do Alto Uruguay, o capitão de fragata Eduardo de Barros Gonda.

No dia 22 o Sr. Ministro da Fazenda conferenciou com os gerentes de importantes bancos, sendo o principal assumpto da conferencia a baixa do cambio, que é attribuida por elles ao primeiro luto para o exterior e tambem ás noticias do Rio Grande do Sul e á projectada emissão de apolices para auxilio a empresas e industrias.

A commissão da fazenda e industrias da Camara dos Deputados, depois de um extenso parecer, approvou o seguinte: O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o poder executivo autorizado a emitir até 100,000 apolices de 1000 réis, em apolices do valor de 200 réis, afim de utilizar e seu projecto em empréstimos ás empresas industrias existentes em todo o territorio da Republica.

Art. 2.º Estas titulos serão necessariamente resgataveis até 20 annos da data de sua emissão, e vencerão o juro de 5 % annuaes.

Art. 3.º As apolices emitidas em virtude desta lei serão recebidas em todas as estações publicas da Republica pelo respectivo valor do seu parâmetro.

Art. 4.º Estas titulos serão emitidos de conformidade com as solicitações de mutuo e serão transferíveis independentemente de contractos escritos, termos ou quaisquer outras formulas de registro.

Art. 5.º Os empréstimos serão feitos pelo governo directamente ás empresas industrias de qualquer natureza, que já existam constituídas e demonstrada a sua prioridade de credito.

Art. 6.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 7.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 8.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 9.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 10.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 11.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 12.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 13.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 14.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 15.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 16.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 17.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 18.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 19.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 20.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 21.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 22.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 23.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 24.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 25.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 26.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 27.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 28.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 29.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 30.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 31.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 32.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 33.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 34.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 35.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 36.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 37.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 38.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 39.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 40.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 41.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 42.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 43.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 44.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 45.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 46.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 47.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 48.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 49.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 50.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 51.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 52.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 53.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 54.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 55.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 56.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 57.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 58.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 59.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 60.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 61.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 62.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 63.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 64.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 65.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 66.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 67.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 68.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 69.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 70.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 71.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 72.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 73.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 74.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 75.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 76.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 77.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 78.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 79.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 80.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 81.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 82.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 83.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 84.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 85.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 86.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 87.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 88.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 89.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 90.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 91.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 92.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 93.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 94.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 95.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 96.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 97.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 98.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 99.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 100.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 101.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 102.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 103.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 104.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 105.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 106.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 107.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 108.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 109.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 110.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 111.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 112.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 113.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 114.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 115.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 116.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 117.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 118.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 119.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 120.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 121.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 122.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do governo na Capital Federal e dos governadores nos seus respectivos Estados.

Art. 123.º Os empréstimos serão ajustados e regulados, pagando os mutuatários um juro nunca excedente de 8 % ao anno.

Art. 124.º As sommas provindas de contractos liquidados antes da data do termino do resgate serão empregadas para o resgate geral da emissão.

Art. 125.º Para garantir o empréstimo serão exigidas todas as propriedades, imóveis, ou valores de qualquer natureza.

Art. 126.º Para a fim desta lei serão organizados conselhos de funcionamento da fazenda, que se incumbirão de todo o processo de mutuo, sob a supervigilância do

OBRIGAÇÕES DA PROMOTORA

EMPRESTIMO EMITIDO PELA COMPANHIA

promotora de industrias e melhoramentos

Essas acreditadas obrigações vencem os juros de 4% ao anno, pagaveis em cada trimestre e são resgatadas em sorteios trimestraes com premios, sendo o menor de 25\$000 (25 % de agio sobre o preço das obrigações), havendo outros de 40\$000, 50\$000, 100\$000, 200\$000 500\$000

1.000.000 2.000.000:000

ALÉM DOS PRÊMIOS MAIORES

25:000.000

50:000.000

100.000.000

Cada obrigação entra successivamente nos sorteios trimestraes até ser resgatada, recebendo os juros no fim de cada trimestre.

São garantidas por hypotheca sobre os bens da Companhia, que possui importantes propriedades, como a Ilha de Marambaia, as Usinas de Santo Ignacio, Firmesa, Cuyambuca, Fabrica de Dois Irmãos, em Maseio, outras muitas propriedades e mais concessões de estradas de ferro e usinas, a cuja realisação vai ser empregado o resultado do emprestimo.

O 1.º sorteio teve lugar no dia 31 de Março proximo passado, tendo tocado premios ás obrigações vendidas n'essa cidade, os quaes estão sendo pagos, bem como os juros vencidos do trimestre findo, no Escrip-torio da Companhia

PREÇO DE CADA OBRIGAÇÃO

20.000

2. SORTEIO NO DIA 30 DE JUNHO DE 1892

Maior premio de resgate do 2.º sorteio

100.000\$000

Acha-se essas OBRIGAÇÕES a venda nos seguintes estabelecimentos em Pernambuco: BANCO POPULAR, rua do Imperador n. 22 casa dos Srs. MARTINS FIUZA & C, rua do Crespo n. 23 e no ESCRITÓRIO DA COMPANHIA, a rua do Torres n. 42 1.º andar, e na Parahyba do Norte, cidade alta, a rua de São José n.º 2, no varadouro visconde de Inhaúma.

F. C. A. Rosas

Aviso

Thomaz de Monte Silva, artista ferreiro e funileiro, estabelecido á Rua Maciel Pinheiro n.º 17 avisa ao publico em geral e especialmente ao Sr.º de Engenho e agricultores, que acha-se habilitado para assentar e consertar bombas de qualquer qualidade, assim como encarrega-se de fazer qualquer obra de ferro, cobre ou folha, a preços baratissimos. Em seu estabelecimento tem sempre um sortimento de obras de folha, cobre e ferro que disem respeito aos misteres de sua profissão.

RUA MACIEL PINHEIRO N.º 17

COMMERCIO

ALFANDEGA

RENDA GERAL

Do dia 1 a 27 38,950\$097

Do dia 28 728\$026

RENDA DO ESTADO

Do dia 1 a 27 4,439\$024

Do dia 28 31\$918

PAUTA SEMANAL

De 27 de Junho á 2 de Julho de 1892

Preços dos generos, sujeitos a direitos de exportação.

Alcool	litro	200
Aguardente de canna	litro	160
" " mel	idem	150
Algodão em rama	kilo	600
" " fio	idem	650
Arroz em casca	idem	060
" descascado	idem	180
Assucar branco	idem	300
Dito refinado branco	idem	500
Dito mascavado	idem	240
Dito bruto	idem	180
Borracha de mangabeira	idem	1600
Café bom	kilo	1800
" rastalho	idem	800
" torrado e moldo	idem	1800
Cal	idem	030
Corno secca (carque)	idem	500
Cervatos bons em calce	cento	4800

ATENÇÃO!

Loja das Empanadas

51-RUA MACIEL PINHEIRO-51

O proprietario d'este acreditado estabelecimento previne ao respeitavel publico, de que acaba de receber um esplendido sortimento de CALÇADO INGLEZ para homens, senhoras e crianças de ambos os sexos, que vende a preços reduzidos

Loja das empanadas

1-RUA MACIEL PINHEIRO-51

4

Courros de boi	kilo	400
Dito de bode e outros	idem	1800
Cigarros	milheiro	7000
Doces goiaba	kilo	800
Fumo bom em folha,	idem	900
" Ordinario	idem	700
Fumo em rolo	idem	900
" picado	idem	1800
" desfiado	idem	1850
Feijão	litro	300
Farinha de mandioca	idem	100
Genebra	idem	400
Graxa, ou sebo cuado	kilo	400
Milho	idem	050
Ossos	kilo	020
Pontas de boi	idem	100
Pannos d'Algodão	idem	800
Queijos qualquer qualidade	kilo	1000
Rapê	idem	1500
Sal	idem	333
Sabão	litro	020
Sementes de algodão	kilo	013
" Vitas de mamona	idem	050
Tartaruga	idem	2,000
Unhas de boi	idem	100
Vinagre branco	idem	200
Vinagre tinto	litro	200
Vinho branco	idem	400
Vellas stenrinas	idem	18000
Vellal de cera	kilo	18000

Noticias Maritimas

Vapores esperados

Algodão do Sul á

1

PHARMACIA CENTRAL

DE

JOSE FRANCISCO DE MOURA

PHARMACEUTICO

N'essa antiga e acreditada pharmacia encontra-se o mais completo sortimento de medicamentos novos, grande variedade de alcaloides e de especialidades pharmaceuticas.

Vendem-se n'ella

SAES DAS AGUAS DE MOURA, excellente correctivo para os padecimentos do estomago, PILULAS DE JAMES, para o tratamento das molestias do figado.

Grande variedade de VINHOS TONICOS e de XAROPES CALMANTES.

CAPSULAS DE CASCARA SAGRADA, optimo regulador das funcções intestinaes.

CAPSULAS DE COGNET, com eucalyptus, iodoformio e creosote, para cura das affecções do pulmão.

CAPSULAS DE OLEO DE RICINO e as de OLEO DE FIGADO DE BACALHAU de Tevenot.

Variedade de preparações ferruginosas.

ELIXIRIS POLYBROMURADOS de Ivon e de Baudry, para as affecções nervosas.

Todas as especialidade de Ayer, de que a casa é agencia n'este Estado.

OLEO DE S. JACOB, excellente linimento ante-rheumatico.

ELIXIR DE CARNAUBA, para cura da syphilis, do rheumatismo e irregularidades das senhoras.

E muitas outras combinações pharmaceuticas.

Vendem-se alem desses preparados:

REMEDIOS HOMOEOPATHICOS da grande e acreditadissima casa de

CATELLAN FRERES & C.

DE PARIS,

ASSIM COMO

ESPECIFICOS HOMOEOPATHICOS do Dr. Humphreys, em tubos soltos e carteiras completas.

GRANDE VARIEDADE

DE

TINTAS, OLEOS, VERNISES, PINCEIS E PREPARAÇÕES QUÍMICAS

para o uso das artes e de varias industrias.

Despacha-se quaesquer prescripções medicas com prestesa e exactidão, e satisfaz-se qualquer requisição de drogas para boticas do interior do Estado.

PREÇOS OS MAIS REDUZIDOS.

Vende-se 2 Carroças arreiadas em perfeito estado, a tratar com José Holmes na Rua da Gamleira.

(3)



O Vigor do Cabello

DO DR. AYER,

Preparado, segundo principios scientificos e hygienicos, para uso do Toucador. O Vigor do Cabello do Dr. Ayer restaura, com o lustre da seda e frescura da juventude, o cabelo fragil e descorado á sua cor natural, castanho ou preto lustroso, conforme se deseja. Com esta preparação pode-se dar ao cabelo claro ou castanho uma cor escura, tornar espesso o debil e curar, na maioria dos casos, a calvície.

Impede o cair do cabelo e restaura o vigor ao que é debil e quebradigo. Impede e cura a Tinha, Humores, Caspa, e quasi todas as molestias do couro da cabeça. Como cosmético para o cabelo das Senhoras, o Vigor não tem igual. Não contém oleo nem tinta, torna o cabelo branco, brilhante, com um lustre de seda, dando-lhe um perfume duravel e delicioso.

PREPARADO PELO

Dr. J. C. AYER & Co., Lowell, Mass., E.U.A.

A venda nas principais pharmacias, drogarias e perfumarias.

DEPOSITO GERAL

N. 13, Rua Primeiro de Março,

Rio de Janeiro.

Agencia e deposito:

Pharmacia central de José Francisco de Moura.

RUA MACIEL PINHEIRO N. 45

Ouro e Prata

José Felix de Mello Azedo compra ouro e prata, tanto em moedas como em obras velhas, na villa de Santa Rita, em casa de sua residencia, a rua da Matriz. José Felix de Mello Azedo.

(4)

ATENÇÃO

QUINTINO PAVÃO DE VASCONCELOS

Faz publico que compra ouro velho e prata, moedas de ouro e prata com melhores vantagens que outro qualquer.

RELOJOARIA

RUA MACIEL PINHEIRO N.º 12

GUARABIRA

OFFICINA N.º 43.

Precisa-se de um artista ferreiro que saiba desempenhar bem sua arte, tanto em serviço de lima, como em outras obras, sendo feito o ajuste em vista do trabalho do cidadão; quem o conhecer e quiser se prestar, pode vir á esta localidade que achará com quem tratar na rua da Barra n.º 43.

26 de Junho de 1892.

Guilhermino José Fernandes.

(8)

VALSA — Gorgeio dos Passarinhos—vende-se no Pelicano na rua do commercio.

CERVEJA

Receberam pelo vapor inglez «Merchant» as seguintes marcas:

HYGIENICA DENOMINADA CLUB ASTRÉA

Plisen Blanche Denominada Mocinha

SANTA BARBARA

Estão na pontissima estas marcas de Cerveja, e são de um paladar magnifico.

Appareção rapazes, tragão dinheiro!

Figueiredo Junior & C.

VINHO COLLARES

SUPERIOR

Em barris de decimo
RECEBERAM directamente e vendem a preços razoaveis.

PAIVA VALENTE & C.º

(1)

ATENÇÃO

José Joaquim dos Santos Lima, compra ouro e prata, tanto em moedas como em obras velhas; paga por mais que outro qualquer.

Loja das EMPANNADAS

51—RUA MACIEL PINHEIRO 151

Molestias dos olhos

De passeio as capitães do Norte é especialista Dr. David Ottoni, residente na Capital Federal, antigo alumno dos Professores Wecker (Paris) e Becker (Heidelberg), dará consultas no Hotel da Europa, nesta Cidade, todos os dias e a qualquer hora.

Parahyba

13

Caldeiraria Parahyba

N'este estabelecimento compra-se cobre velho e latão, pagando mais do que em outra parte.

Rua Maciel Pinheiro n. 72.

Banha de Porco Nacional

Encontra-se da melhor qualidade em casa de.

JOSE DE AZÉVEDO MAIA

Rua Maciel Pinheiro n.º 16.

Cadeirinha de aluguel

A tratar no sobrado n.º 71 sito á rua «Duque de Caxias» d'esta capital.

Pagamento adiantado.



O GRANDE

REMEDIO ALLEMAO.

PARA CURAR COM PROMPTIDÃO

O RHEUMATISMO,

NEURALGIA, GOTA,

SCIATICA E DOR NAS COSTAS,

QUEIMADURAS, INCHAÇÕES,

DORES

da Garganta, da Cabeça, Dentes e Ovidos

DISLOCAÇÕES E CONTUSÕES

TODAS as espécies de Dores e Pontadas.

A venda em todas as Boticas e Pharmacias do Brazil. Fabricado por

VOGELER & CIA.,

Baltimore, Md., E. U. A.

Agencia e deposito:

Pharmacia central de José Francisco de Moura.

RUA MACIEL PINHEIRO N. 45

IMP. NA TYPOGRAPHIA DOS HERDEIROS DE J. R. DA COSTA.